

## Interpelação Oral

Deputado José Maria Pereira Coutinho

**“A valorização dos trabalhadores da função pública a nível remuneratório”**

Nos finais do ano transacto e no corrente mês, várias concessionárias de jogo tendo em conta os seus excelentes lucros procederam à actualização salarial e concessão dos respectivos bónus para a maioria dos seus trabalhadores como forma de reconhecer os seus esforços e notável profissionalismo incentivando-os para que no futuro possam elevar ainda mais os resultados alcançados.

Ao invés, não obstante os elevados esforços desenvolvidos pelos trabalhadores da função pública os seus salários não foram actualizados pelo segundo ano consecutivo. Os trabalhadores não compreendem como que havendo um aumento substancial do produto interno bruto (PIB) de Macau e o Cofre da RAEM ter vindo a averbar saldos positivos e criado uma situação financeira estável as respectivas actualizações nunca teriam impacto na estabilidade financeira da RAEM.

À Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública (**CARTFP**) cabe proceder à análise dos assuntos relacionados com matéria salarial, reportando-se ao cenário verificado no ano anterior identificando-se os factores e respectivos fundamentos que se deve ter sempre presentes quanto ao eventual reajustamento salarial pelo que os seus relatórios e pareceres apresentados por escrito ao Senhor Chefe do Executivo deveriam ser tornados públicos no âmbito da transparência governativa para conhecimento da sociedade como referência do trabalho efectivamente realizado.

Paralelamente desde o ano de 2007 que não estão a ser actualizados os índices remuneratórios fixados ao pessoal de Direcção e Chefia (Lei n.º 15/2009 de 03 de Agosto) bem como do pessoal cuja base salarial esteja indexada com base no salário do Chefe do Executivo ou seja aqueles trabalhadores que estão a exercer funções públicas e com salários indexados ao do Chefe do Executivo foram quase sempre ignorados resultando numa grave injustiça para com estes colaboradores nomeadamente na questão remuneratória da carreira da magistratura no início de carreira.

Esta sucessiva não actualização tem desmotivado a maioria dos trabalhadores,

principalmente os trabalhadores da linha de frente que têm perdido bastante o seu poder de compra devido ao valor inflação acumulada desde o estabelecimento da RAEM sendo muitos deles obrigados a morar e adquirir os principais bens essenciais além-fronteiras.

Também desmoralizante é a protelação na revisão das carreiras gerais e especiais na actualização dos índices da tabela indicária. Realça-se que os diferentes tipos de subsídios não terem sido actualizados há várias décadas estando desta forma em desconformidade com a realidade actual havendo necessidade de os actualizar de acordo com o actual desenvolvimento económico, complexidade, volume de trabalho correspondente à uma sociedade cada vez mais exigente.

- 1.** Vai o Governo de Macau proceder à actualização dos índices remunerativos dos cargos de direcção e chefias que são pouco atractivas e não têm correspondência com as actuais responsabilidades e que quando comparadas com os índices dos técnicos superiores que com o desempenho de horas extraordinárias auferem mais que algumas chefias e têm menos e diferentes responsabilidades nomeadamente na coordenação do pessoal devendo ser revistas estas injustiças ?
- 2.** Que medidas concretas estão a ser programadas para actualizar os índices remuneratórios fixados com base no salário do Chefe do Executivo ou seja aqueles trabalhadores que estão a exercer funções públicas e com salários indexados ao do Chefe do Executivo?